

## **Sujeitos no Debate Sobre A Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito: Formações Discursivas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado MA<sup>1</sup>**

Lígia Regina Guimarães CLEMENTE<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### **RESUMO**

Este trabalho traz resultados da pesquisa de mestrado sobre o debate a respeito da implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, situada nos estados do Maranhão e Tocantins, e cujo processo foi marcado por diversas tensões. As análises buscam as Formações Discursivas (FOUCAULT, 2000) dos sujeitos das esferas do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil na mídia impressa. Em O Estado do Maranhão nota-se uma tendência de endossar e repercutir as mesmas Formações das esferas do Estado e do Mercado e de desconsiderar as que oriundam da Sociedade Civil. Na Folha de S. Paulo detecta-se uma desconstrução das práticas que emergem do Mercado e Estado. Reflete-se sobre a visibilidade no debate público e o papel do cidadão nessa arena.

**PALAVRAS-CHAVE:** UHE Estreito; Formações Discursivas; Atingidos por Barragem; Comunicação e Cidadania

### **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo parte das discussões sobre as relações que permeiam as construções de usinas hidrelétricas no Brasil. Traz parte dos achados da dissertação de mestrado que discutiu sobre os sujeitos das esferas do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil envolvidos no debate sobre a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, a fim de refletir sobre a visibilidade que eles adquirem no espaço público da esfera midiática.

É oportuno discutir como se dão os processos comunicativos sobre a instalação de grandes empreendimentos do escopo estruturante do país, que envolvem volumosos investimentos financeiros e de grandes dimensões socioambientais, principalmente os que compõem a matriz energética brasileira.

Considera-se o processo de instalação de usinas como campos de poder, de conflitos, de negociações e de tomada decisões, em que diversas vozes disputam espaços e conquistas. Nessa perspectiva, papel da comunicação pode ser fundamental

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do PPG em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Linha Mídia e Cidadania. Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP). Editora de publicações da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: ligia.guimaraes@ufma.br

---

para se discutir a garantia da visibilidade dos sujeitos e a luta por direitos no debate público.

Para compreender como se configura o debate a partir dos sujeitos e objetos relativos à UHE Estreito, torna-se necessário refletir também sobre temáticas subjacentes a esse cenário de tensões e negociações, tais quais: a tríade desenvolvimento/crescimento/liberdades dos sujeitos; os processos que envolvem o fluxo de aprovação da legislação ambiental exigida no país; o papel do mercado e das multinacionais da concessionária da Usina em análise e a atuação do Estado, enquanto responsável legal do empreendimento; além também da atuação dos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens e as ferramentas de participação social na tomada de decisões ao longo do processo; assim como a postura da mídia, enquanto articuladora dos discursos desses diversos sujeitos, ressignificando o debate e os colocando novamente em circulação.

Apoiando-se no suporte teórico-metodológico de Michel Foucault (2000) são identificadas as Formações Discursivas (Conceitos, Objetos e Modalidades Enunciativas) nos *corpus* de análise estabelecidos: notícias publicadas no jornal de maior circulação no Maranhão, “O Estado do Maranhão”, e um dos jornais de maior circulação no país, “Folha de S. Paulo”, IVC (2015).

O Estado do Maranhão, fundado em 1973, pertence ao conglomerado de comunicação no Maranhão da família Sarney, o Sistema Mirante de Comunicação, e tem tiragem média de 15 mil exemplares por dia. A Folha de S. Paulo foi fundado em 1921 e pertence ao Grupo Folha (um conglomerado de cinco empresas, fundado pelo empresário Octavio Frias de Oliveira). O jornal Folha de S. Paulo ocupa o primeiro lugar em tiragem e circulação entre os diários de todo país (IVC, 2015), com média de 365.429 exemplares diários, e também lidera em edições digitais, com média de 161.200 visitas diárias.

O recorte temporal de análise desta pesquisa compreende determinadas fases entre início da instalação, em 2008, até os desdobramentos do funcionamento da hidrelétrica, em 2013. Dentro desse recorte, atém-se a algumas fases específicas e de maior repercussão da imprensa sobre ações em torno da Usina, mais especificamente: 2008 - quando foram iniciadas as obras civis da barragem (período de muitos conflitos, invasão e paralisações das obras); 2010 - fase da construção da barragem propriamente

dita, início do enchimento do reservatório e repercussão; 2012 - contexto da inauguração da usina e 2013 - desdobramentos pós-inauguração usina.

Essas narrativas abordaram diversos aspectos concernentes ao “desenvolvimento” que a Usina traria ao país e aos os impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais que causaria à comunidade local.

A Usina Hidrelétrica Estreito está situada nos estados do Maranhão e Tocantins e com reservatório de abrangência em 12 municípios desses dois estados. Foi projetada para uma potência total de 1.087 MW (o suficiente para abastecer uma cidade com quatro milhões de habitantes ou, por exemplo, quatro vezes a cidade de São Luís, capital do Maranhão), com um reservatório de 555 km<sup>2</sup> de superfície, sendo 400 km<sup>2</sup> de terras inundadas e com 5.400 x 10<sup>6</sup> m<sup>3</sup> de volume de água. As obras localizaram-se nos municípios de Estreito - MA e Aguiarnópolis - TO e a represa, no Rio Tocantins. Atinge diretamente os municípios de Estreito e Carolina, no estado do Maranhão, e os municípios tocantinenses de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins.

A operação da usina foi projetada para ser incorporada aos Sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste, por intermédio da rede básica do sistema interligado. O Consórcio Estreito Energia – CESTE, formado pelas empresas multinacionais GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, é responsável pela construção e operação da UHE Estreito. Inaugurada em 2012, teve investimento na ordem de R\$ 5 bilhões e compõe uma das grandes metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 na área energética do país desta década. O processo de instalação do empreendimento foi marcado por diversos conflitos e despertou alguma forma de debate na imprensa sobre as questões relativas aos impactos trazidos a nível local (questões ambientais, socioeconômicas e territoriais), assim como o potencial desenvolvimento para a matriz energética brasileira trazido pela barragem.

Para a construção da UHE Estreito houve um remanejamento, a princípio, de mais de três mil propriedades. O valor pago às famílias indenizadas e as medidas de mitigação e compensação aos 12 municípios diretamente atingidos também foram alguns motivos recorrentes de insatisfação da comunidade. Como medida para compensar os impactos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) analisou e aprovou o Projeto Básico Ambiental (PBA) proposto pelo Consórcio, que propõe 39 programas ambientais, que devem ser

desenvolvidos nas comunidades e na região visando prevenir, mitigar e compensar as interferências sociais e ambientais ocasionadas pelo empreendimento.

## 2. METODOLOGIA

Apropriou-se aqui dos conceitos de Foucault em “Arqueologia do Saber” (2000) para construir um modelo analítico que permitiu encontrar as Formações Discursivas como norteador metodológico nas análises. Assim, considerando-se as Regras de Formação, tenta-se definir aqui as regularidades em meio da dispersão.

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2000, p.43-44).

A partir do estabelecimento de relações entre Objetos, Modalidades Enunciativas e Conceitos que se pretende encontrar a conexão entre as dispersões e regularidades nas Formações Discursivas sobre a Usina Hidrelétrica Estreito no corpus de notícias selecionado.

Tabela – Resumo do modelo da Análise: Objetos, Modalidades Enunciativas e Conceitos

ELEMENTO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA	DESCRIÇÃO-RESUMO
<p><b>OBJETOS</b> (o que o define)</p>	<p>Superfície de Emergência (onde surgem os discursos); Instâncias de delimitação (quais as áreas que as qualificam e código usado para pensar o tema)</p>
<p><b>MODALIDADES ENUNCIATIVAS</b> (de onde vêm)</p>	<p>Quem fala? Lugares institucionais; Posições dos sujeitos.</p>
<p><b>CONCEITOS</b> (organização do campo)</p>	<p>Formas de sucessão de argumentação; Disposição enunciativa; inferências, descrições, esquemas; narrativas e/ou composição de estruturas (dramatização); Presença/Ausências; procedimentos de intervenção.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Foucault (2000).

## 3.O DEBATE PÚBLICO SOBRE A UHE ESTREITO: OS SUJEITOS NA ESFERA MIDIÁTICA

Entende-se que a esfera pública é mais sensível do que o Estado e as corporações às questões do mundo da vida, pois ela cumpre a função de tematizar os problemas sociais que escapam ao sistema político (GOMES, 2008) e a comunicação de massa pode facilitar a discutibilidade e visibilidade dessas questões.

---

A comunicação de massa tem a ver com ambas as coisas: a discutibilidade (o discutível e o indiscutível, quantos discutem, quanta discussão, quantas posições estão presentes nas discussões, com que nível de eficiência se discute, quem decide o que se discute, quanto tempo dura a discussão, quem decide a duração da discussão) e a visibilidade (o visível e o invisível, para quem é visível, que coisas são visíveis, quem decide sobre o que se vê e a intensidade do que é visto) (GOMES, 2008, p. 160).

Se essas vozes que compõem a arena da instalação de uma usina estão em movimento, se há um jogo de forças e de poder que se coloca no conjunto desses enunciados, cabe uma investigação sobre como a mídia se porta nesse debate; como ela interdita ou articula esses sujeitos; quais assuntos são destacados ou silenciados; a partir de que locais eles falam e quais falas institucionais são rearticuladas ou apenas reverberadas, se são discutidas e visibilizadas.

### **3.1 Da classificação por editorias em Folha de S. Paulo e O Estado do Maranhão**

É oportuno observar nos veículos elencados para esta análise como a cobertura sobre a UHE Estreito foi distribuída nas editorias dessas publicações para começar a se encontrar pistas sobre a partir de quais lugares os veículos definem a abordagem e disposição espacial e editorial sobre o tema ao longo das fases de implantação e funcionamento da Usina.

Observa-se que da totalidade de 15 notícias da “Folha de S. Paulo” mapeadas sobre a Usina de Estreito nos anos de 2008, 2010, 2012 e 2013 distribuem-se nas editorias “Brasil”, “Poder” e “Mercado”, sendo: 13% na Editoria Brasil; 33%, na editoria Poder e 54% na editoria Mercado.

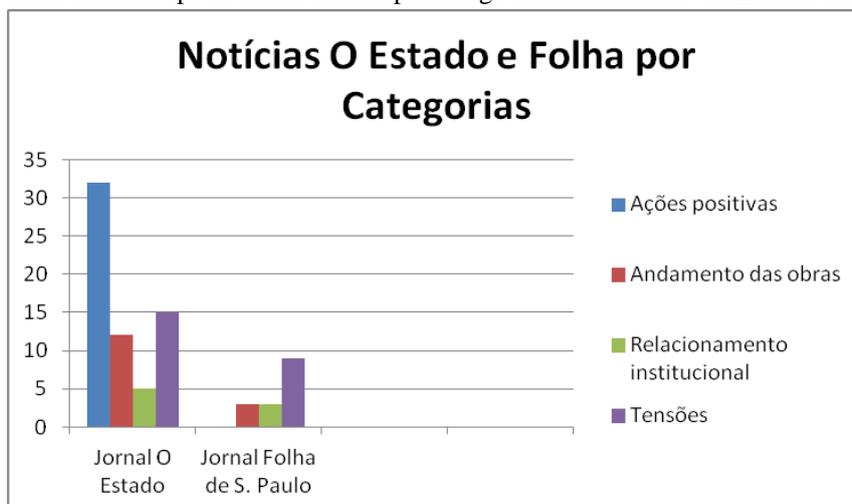
No veículo local, jornal O Estado do Maranhão, a maioria das notícias (48%) na cobertura sobre a UHE Estreito se enquadra na editoria “Cidades”, definida pelo site do veículo como a seção que aborda “tudo o que acontece nas ruas, nos bairros e nas comunidades em formato dinâmico e editorial claro” (O ESTADO, 2015). A editoria “Economia”, definida por contemplar o cenário e as análises da economia brasileira e internacional, comporta 22% das publicações sobre a UHE Estreito. E 11%, situam-se na editoria “Geral”, de caráter mais abrangente de cobertura local e nacional.

Há uma prevalência na Folha de S. Paulo em abordar o tema a partir da editoria “Mercado”, que se dedica a questões econômicas; enquanto que em O Estado houve uma predominância em tratar o assunto a partir da editoria de “Cidades”, incorporando o empreendimento ao cotidiano local do Maranhão.

### 3.2 Categorizações em Folha de S. Paulo e O Estado do Maranhão

Optou-se também por classificar os grupos de notícias a partir de categorizações temáticas que tendem a se repetir ao longo do recorte temporal desenhado. Da totalidade de notícias mapeadas inicialmente dentro desse recorte temporal, 15 publicações da Folha e 64 do jornal O Estado, observou-se as recorrências temáticas e agruparam-se as notícias de acordo com as categorias predominantes denominadas aqui: “*Ações Positivas*”, “*Andamento das Obras*”, “*Relacionamento Institucional*” e “*Tensões*”.

Gráfico – Comparativo de notícias por categorias na Folha e em O Estado MA



Fonte: CLEMENTE (2015).

A categoria “*Ações Positivas*” abarca o grupo de notícias que divulgam de maneira predominantemente unilateral as ações que o Consórcio desenvolve na região afetada; quase sempre fruto de negociações entre o veículo e a assessoria de imprensa do Consórcio, as notícias têm caráter de *releases* e enaltecem a ação do Ceste, como em, por exemplo, “UHE preserva fauna de área de usina hidrelétrica” e “Ceste qualifica 173 alunos na área de turismo”. Essa categoria só foi identificada no jornal O Estado do Maranhão, não se aplicando aos registros da Folha de S. Paulo.

No grupo “*Andamento das obras*” enquadram-se as notícias que fornecem espécies de boletim sobre em qual fase da obra civil a Usina se encontra; lembrando que o processo das obras teve início concretamente em 2008 e foi concluído em 2012, sendo várias vezes paralisadas por conflitos e decisões judiciais.

Em “*Relacionamento Institucional*” são classificadas as notícias que tratam de acordos, parcerias, visitas, contratos e ajustes entre o Ceste e pessoas e/ou instituições

---

do Poder Público (Executivo, Legislativo ou Judiciário), movimentos sociais, associações e outros tipos de públicos.

A categoria “*Tensões*” abarca notícias que abordam diversas formas de negociações e relações tensas, como o confronto direto MAB x Ceste, conflitos judiciais (como anulação da licença da usina), greves, invasões, protestos e denúncias sobre a situação de famílias atingidas. Embora se considere também que as tensões abordadas em ambos os veículos são de naturezas diferentes.

#### **4. FORMAÇÕES DISCURSIVAS EM O ESTADO DO MARANHÃO**

Na categoria “*Tensões*”, é interessante observar como O Estado aborda os protestos contra a UHE Estreito, como os casos dos dois registros feitos sobre manifestações realizadas pelos moradores de áreas atingidas no ano seguinte à inauguração do empreendimento, um em 09 de abril de 2013 e outro em 22 de outubro de 2013. Em ambos os casos, a cobertura do jornal foi feita apenas por meio de fotos-legendas, publicadas na parte inferior da página 03.

Com a inauguração da Usina, em 2012, as condicionantes ambientais e programas já deveriam ter sido executados com o objetivo de mitigar os impactos às comunidades locais. As fotos-legendas descrevem problemas, denúncias e insatisfação da comunidade perante o Consórcio em dois momentos do ano de 2013. A problemática, no entanto, não teve espaço no jornal para uma reportagem elaborada com os depoimentos das diversas fontes e atores sociais envolvidos apresentados no texto: as famílias atingidas, o poder local – prefeituras e o Consórcio. Esse do tipo de gênero textual utilizado para tratar de forma resumida parece esgotar o assunto dentro de uma temática que carrega diversas denúncias, indignação por parte dos ribeirinhos e cobranças ao Consórcio.

##### **4.1 Categoria “Ações Positivas” Em O Estado**

A maior categoria de notícias em O Estado foi intitulada de “*Ações Positivas*”, com 32 registros de notícias no período do recorte, do total de 64 mapeadas: metade das publicações do Estado sobre a UHE Estreito se encaixam nesta categoria como registros positivos sobre o empreendimento. Trata-se de um grande grupo de notícias com uma estrutura que se repete, na mesma formação de Conceitos, em que o Ceste realiza a ação em benefício da região e a fala dos sujeitos do Consórcio é priorizada.

Selecionou-se aqui uma notícia dessa categoria para a análise, a reportagem intitulada: “Ceste assegura benefícios e investe no desenvolvimento sustentável da área da UHE”, publicada em 28 de novembro de 2012, período próximo à inauguração da usina. Esse texto funciona como uma prestação de contas positiva da ação do empreendimento na região: “Consórcio Estreito Energia, empreendedor da usina hidrelétrica instalada no Rio Tocantins, em 5 anos, investe em ações e projetos que visam promover a sustentabilidade da região”.

Figura – Jornal O Estado 28 de novembro de 2012

## Ceste assegura benefícios e investe no desenvolvimento sustentável da área da UHE

Consórcio Estreito Energia, empreendedor da usina hidrelétrica instalada no Rio Tocantins, em 5 anos, investe em ações e projetos que visam promover a sustentabilidade da região

**E**STREITO - A Usina Hidrelétrica Estreito (UHE) entrou em funcionamento com a operação de sua última das oito unidades geradoras. Um marco para o Consórcio Estreito Energia (Ceste), empreendedor que, desde o início da instalação da usina, procurou alcançar essa meta, contribuindo não só com a geração de mais energia para o país, como também para o desenvolvimento regional dos 12 municípios que fazem parte da área de abrangência do projeto.

Em cinco anos, o consórcio investiu e ainda investe em ações e projetos que visam promover a sustentabilidade da região.

É o caso do Projeto Investimento Social Estreito (ISE), que aposta em ações de inclusão social na região. Além disso, o Ceste assegurou os benefícios das famílias diretamente interferidas pela formação do reservatório da UHE, por meio do Plano de Remanejamento da População.

Elaborado pelo Ceste na fase anterior à construção da usina e implementado de janeiro de 2008 a outubro de 2010, o plano considerou individualmente mais de 3 mil propriedades e as famílias proprietárias e não proprietárias residentes nestas propriedades, de modo que estas fossem liberadas para a implantação do empreendimento como um todo, ou seja, para as obras civis da hidrelétrica e para a formação de seu reservatório e da respectiva área de preservação permanente.

**Mudança** - De acordo com a diretora de Socioeconomia do consórcio, Norma Villela, a ação foi realizada para assegurar que a mudança das famílias pudesse ocorrer da melhor maneira possível.

As famílias diretamente interferidas foram informadas sobre as opções oferecidas pelo Plano de Remanejamento da População, podendo escolher entre a indenização de seu imóvel, pago em espécie; a carta de crédito rural ou urbana, possibilitando a aquisição de outro imóvel escolhido pelo próprio beneficiário; o reassentamento coletivo rural ou urbano, em locais dotados de infraestrutura construída pelo Ceste e o lote urbano, possibilitando a construção pelo beneficiário de sua nova moradia em terreno concedido pelo consórcio.

“Por meio do plano, muitas



Dalva de Azevedo e outro quilombola mostram a horta que cultivam em seu quintal em Carolina

### Meis

O Ceste tem também como parceiro a ONG Alfabetização Solidária (Alfasol), que tem contribuído com a redução da taxa de analfabetismo e fortalecimento da política pública de educação de jovens e adultos: Inimed Brasil – por meio do Programa Crianças Saudáveis, Futuro Saudável, que já atendeu mais de 14 mil crianças e melhorou suas condições de saúde (aplicação de remédios contra verminoses e anemia) e a Care Brasil, que ofereceu capacitação e formação continuada a gestores públicos e Conselhos Municipais.

famílias realizaram o sonho de mudar para uma nova casa e de se tornarem, de fato, proprietárias de um imóvel”, disse Norma Villela.

As famílias de Dalva Moreira de Azevedo, que mora em

Carolina, e Maria Nilza Lopes Soares, de Babaquândia (TO), conquistaram o sonho. Dalvínia, como é mais conhecida, mora na beira do Rio Tocantins, numa casa simples, sem reboco, com dois quartos pequenos, onde, além dela, moravam o marido e duas netas.

A situação de Maria Nilza foi semelhante. Com outras 21 famílias, ela mora em área interferida pela usina no município de Babaquândia. As duas integram o grupo de 822 famílias que receberam cartas de crédito rural e urbana para poderem escolher suas novas propriedades, como forma de mitigar essas mudanças.

Hoje, Dona Dalvínia mora em uma casa grande, com três quartos, sala, copa e cozinha, uma área de serviço e ainda um quintal. Ela acrescenta que seus filhos também foram indenizados pelo Ceste.

**Compromisso** - Com a usina em fase de operação, o Ceste in-

terferiu o compromisso com o desenvolvimento local, dando continuidade ao Projeto Investimento Social Estreito (ISE). Trata-se de mais uma ação de responsabilidade social desenvolvida pelo consórcio, visando à inclusão social na área de abrangência da usina de Estreito.

Para tanto, foram elaboradas propostas que têm como prerrogativas intensificar o desenvolvimento econômico-social da região; fortalecer a gestão pública e as organizações da sociedade civil; garantir o acesso e melhorar a qualidade da educação básica, saúde pública e saneamento básico; incentivar novos investimentos na região e facilitar a interface com os programas de financiamento e desenvolvimento já existentes no âmbito dos governos Federal e estadual.

Estas propostas estão sendo executadas em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com organizações não governamentais.

Fonte: O Estado do MA

O texto em análise, publicado no dia seguinte a uma publicação sobre 400 ações do Ministério Público Federal na região tocantina, dentre elas uma contra o Consórcio Estreito Energia, pedindo a condenação do Consórcio em R\$ 10 milhões referentes aos danos morais coletivos e individuais provocados à comunidade ribeirinha, faz parte de um contexto em que o Consórcio precisava reposicionar sua imagem positivamente

perante a opinião pública. A reportagem selecionada destaca as atuações do empreendimento, enumerando os benefícios para a comunidade e aborda o remanejamento de três mil propriedades durante o período de janeiro de 2008 a outubro de 2010.

De acordo com a diretora de Socioeconomia do consórcio, Norma Villela, a ação foi realizada para assegurar que a mudança das famílias pudesse ocorrer da melhor maneira possível. As *famílias diretamente interferidas* foram informadas sobre as opções oferecidas pelo Plano de Remanejamento da População, podendo escolher entre a indenização de seu imóvel, pago em espécie; a carta de crédito rural ou urbana, possibilitando a aquisição de outro imóvel escolhido pelo próprio beneficiário; o reassentamento coletivo rural ou urbano, em locais dotados de infraestrutura construída pelo Ceste e o lote urbano, possibilitando a construção pelo beneficiário de sua nova moradia em terreno concedido pelo consórcio. ‘Por meio do plano, muitas famílias realizaram o sonho de mudar para uma nova casa e de se tornarem, de fato, proprietárias de um imóvel’, disse Norma Villela (O ESTADO, 28/11/12. Grifo nosso).

Um dos pontos que podem ser observados ao longo da construção discursiva do jornal O Estado sobre as famílias atingidas é a substituição da nomeação de “atingidas” ou “impactadas” por vocábulos de peso semântico de menor influência sobre a vida do que sofre a ação, como no exemplo grifado, “famílias diretamente interferidas”.

O termo “atingido” já carrega em si o reconhecimento de direitos e conquistas (VAINER, 2007) e a mudança de concepções sobre esse atingido altera o seu modo de vida e a garantia desses direitos. Em análise realizada do site institucional do Ceste constatou-se a notória interdição desse termo em toda a sua produção e esse mesmo cuidado na seleção dos vocábulos também é percebido nessa reportagem publicada em O Estado e na maioria das notícias do jornal sobre o tema. Pode-se dizer que este veículo, enquanto arena de visibilidades, ajuda a conformar um sistema de exclusão do discurso, aos moldes do pensamento de Foucault:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2009, p.09).

A interdição é um dos procedimentos de exclusão do discurso apontado por Foucault em seus estudos, e esse caso da supressão do termo “atingido” em substituição por “interferido” permite uma leitura sobre o tipo de interdição do tabu de um objeto que é silenciado; o atingido enquanto tal é retirado da ordem das coisas ditas e se torna invisível na esfera do aparente.

O plano de remanejamento das famílias, do qual fala a notícia, contempla as quatro opções elencadas na reportagem. No entanto, trata-se de uma ação compulsória, fechada dentro das alternativas oferecidas. As novas locações das famílias, o valor das indenizações e as próprias condições de infraestrutura das residências, como água potável, são argumentos de insatisfação das famílias remanejadas que não encontram espaço neste texto. O remanejamento é visto pela diretora de socioeconomia do Consórcio como um “sonho” realizado pelas famílias graças ao empreendimento.

As famílias de Dalva Moreira de Azevedo, que mora em Carolina, e Maria Nilza Lopes Soares, de Babaçulândia (TO), *conquistaram o sonho*. Dalvinha, como é mais conhecida, morava na beira do Rio Tocantins, numa casa simples, sem reboco, com dois quartos pequenos, onde, além dela, moravam o marido e duas netas. A situação de Maria Nilza foi semelhante. Com outras 21 famílias, ela morava em *área interferida* pela usina no município de Babaçulândia. As duas integram o grupo de 822 famílias que receberam cartas de crédito rural e urbana para poderem escolher suas novas propriedades, como forma de mitigar essas mudanças. Hoje, Dona Dalvinha mora em uma casa grande, com três quartos, sala, copa e cozinha, uma área de serviço e ainda um quintal. Ela acrescenta que seus filhos também foram indenizados pelo Ceste (O ESTADO, 28/11/12. Grifo nosso).

Tanto o ritual da circunstância quanto o direito exclusivo do sujeito que fala privilegia a diretora de Socioeconomia do Ceste. As famílias apresentadas na reportagem ocupam lugar de destaque na imagem que compõe a disposição gráfica da página, com a representação dos dois remanejados colhendo hortaliças do quintal (Figura), no entanto, esse mesmo sujeito não possui sua própria fala no texto verbal da notícia. O jornalista descreve o “sonho” conquistado pela família, utilizando a personagem para ilustrar um exemplo e deixar subtendido que as demais famílias foram remanejadas também de forma tão bem sucedida quanto ao do exemplo.

O jornal O Estado do Maranhão tem uma tendência de focar o empreendimento sob a luz do desenvolvimento (enquanto sinônimo de crescimento econômico) e ao progresso trazido ao estado, reforçando também a noção superficial e plastificada de “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável”.

## 5. FORMAÇÕES DISCURSIVAS EM FOLHA DE S. PAULO

A categoria intitulada “*Tensões*” abarca o maior número de registro na análise do veículo Folha de S. Paulo. Nela foram agrupadas as notícias que abordam conflitos de diversas naturezas entre os sujeitos que participam das negociações em torno da usina. Abarcam confronto direto entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Consórcio Ceste, que incluem invasões ao canteiro de obras; as que tratam das batalhas judiciais (como anulação da licença da usina); protestos e greves dos trabalhadores e também as que contemplam denúncias das famílias atingidas na tensa negociação com a concessionária da usina.

Selecionou-se uma notícia que apresenta a tensa relação e negociações entre famílias atingidas e o Consórcio Estreito Energia no contexto em que a usina já havia sido inaugurada. É a publicação, na editoria Poder, de 22 de outubro de 2012: “Nova hidrelétrica afeta vida de moradores no MA – Usina de Estreito, no Tocantins, altera rotina e cultura da população local e destrói agricultura de subsistência”, realizada pelos repórteres da Folha de S. Paulo, que foram *in loco* à região cobrir os efeitos e resultados negativos trazidos pelo barragem.

Na reportagem, o lead “A construção da hidrelétrica de Estreito (MA), inaugurada neste mês pela presidente Dilma Rousseff, *forçou* ex-moradores de áreas afetadas pela barragem a viver em acampamentos sem eletricidade ou em assentamentos com racionamento de água” denuncia uma situação compulsória de remanejamento (com a escolha do verbo “forçou”) para designar a condição de mudança para um novo espaço; assim como as condições dessa nova forma de vida.

O Ceste (Consórcio Estreito Energia), responsável pela hidrelétrica, diz que 2.000 famílias afetadas foram removidas e indenizadas. Parte delas, segundo o Ceste, foi reassentada em outros locais. Há outras 900 famílias, porém, que reivindicam indenização. Elas não receberam nada porque não eram donas das terras onde moravam ou não tinham documentos que provavam a posse das áreas. Para pressionar o governo federal a indenizá-las, montaram acampamentos provisórios, onde vivem sem eletricidade, perto da usina. Segundo o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), há cerca de 400 famílias em acampamentos nas cidades de Babaçulândia, Barra do Ouro e Filadélfia (no Tocantins) e Carolina (MA) (FOLHA DE S. PAULO, 28/10/12).

---

Nesse trecho, o texto mostra uma discrepância entre as instituições envolvidas (Ceste e MAB) sobre o número de famílias afetadas. Esse não consenso sobre o número de afetados é oriundo da concepção sobre o atingido, na qual o Consórcio tende a ter uma visão territorial- patrimonialista (VAINER, 2007), em que o direito a indenização se consolida mediante a apresentação do título da terra. A tática para pressionar o Consórcio tende a ser os acampamentos montados pelo MAB, conforme descrito na reportagem.

Nota-se na composição do Conceito da Formação Discursiva (disposição dos enunciados) que o repórter narra o modo de vida no acampamento pelo “lado de dentro”, descrevendo a rotina das famílias: “Em Babaçulândia, o acampamento foi montado à beira do rio Tocantins. As casas são de palha e de madeira e as famílias vivem da agricultura. Plantam feijão, milho, mandioca e tomate. O passatempo é forró no rádio de pilha. ‘Luz é na base da lamparina’, diz Gilberto de Araújo, 38” (FOLHA, 28/10/12). O autor deixa o leitor perceber um grande contrassenso que se configura quando um ex-morador ribeirinho tem o fornecimento de luz à base de lamparina, dentro de um contexto no qual o transtorno vivido pela personagem, causado pela usina hidrelétrica, tem como propósito o fortalecimento da matriz energética do país. E esse sujeito, além de exercer as atividades laborais, como plantio, mesmo desprovido de energia elétrica, ouve rádio de pilha e dança forró: é também um ser dotado de raízes culturais que tentam se sustentar no meio da adversidade.

De todas as notícias em análise na Folha, essa é a única que fica explícita a fala do atingido propriamente dito, sujeito dotado de fala que relata a situação vivenciada sobre seu próprio ponto de vista. Assim como é colocado também um confronto de fontes, com explicitação do Consórcio sobre a indenização das famílias.

O Objeto é construído a partir dos prejuízos causados à população local, apesar da usina já haver sido inaugurada e o impasse entre as partes, até então, não solucionado. Enumerando-se os diversos sujeitos que aparecem no texto para se pensar as Modalidades Enunciativas tem-se: o Consórcio Estreito Energia, o Movimento dos Atingidos por Barragens, famílias atingidas e o Governo Federal. Percebe-se uma tensão entre aqueles que falam e a possibilidade de negociação para que haja menos transtornos caso o Governo Federal cumpra com o seu papel e reconheça os direitos do atingidos.

---

As Formações Discursivas nas publicações da Folha sobre a UHE Estreito ao longo de quatro anos de cobertura são construídas a partir de uma clara postura crítica ao Governo Federal e lançando sempre um olhar de vigilância em diversos aspectos: da necessidade de se instalar hidrelétricas para fortalecer a matriz energética do país, do cumprimento de um cronograma e de um orçamento e da forma como o processo é conduzido.

Nas diversas temáticas e categorias observadas o principal sujeito que vem à tona é o Governo Federal; no entanto, no encadeamento dos enunciados observa-se que essa visibilidade é construída às avessas, sob a égide de cobrança, dúvida e até mesmo descrença e descrédito quanto à execução completa do empreendimento em meio a um desgaste da imagem dos presidentes em exercício no trato dado à usina.

Das Modalidades Enunciativas, da proposição dos sujeitos que falam, nota-se uma pluralidade e confronto de fontes apenas nesse último exemplo de análise, de 28 de outubro de 2012. Essa prática é negligenciada no trato dado às notícias sobre os protestos e manifestações e nas fases anteriores à inauguração da usina.

O ponto de vista do nacional apontado para o local recai sob o caráter econômico e financeiro que a UHE Estreito carrega, permeado pela relação político partidário que ela envolve, muito mais que as dimensões ambientais e sociais no Objeto desse discurso.

Nesse campo amplo e complexo, que envolve a construção, instalação e operação de barragens, é necessário refletir também sobre as relações poder-saber que se estabelecem. Nota-se que entram em jogo também posicionamentos de interesses diversos – político, institucionais, ambientais, econômicos e sociais. Que cada esfera de poder participa do contínuo movimento de negociações com as forças que lhe são próprias de suas naturezas e que essas forças ocupam pesos desiguais e desproporcionais.

Tabela – Quadro-síntese dos sujeitos nas análises

<b>Sujeitos</b>  <b>A partir do</b>	<b>Mercado</b>	<b>Estado</b>	<b>Sociedade Civil</b>
<b>O Estado do MA</b>	Tende a cumprir a legislação exigida, respeitando as condicionantes sociais e ambientais, deixando a desejar apenas em algumas poucas exceções.	Promove o desenvolvimento econômico do Maranhão e do país, fortalece a matriz energética e gera empregos.	A noção de atingidos é relativizada; reconhece-se apenas uma pequena “interferência” da usina sobre a vida dos moradores; mas maioria das mudanças ocasionadas pela usina foram positivas.
<b>Folha S. Paulo</b>	É questionado sobre como conduz todo o processo devido à ineficaz ingerência da esfera do Estado.	É responsável pelo fortalecimento energético do país e por diminuir o risco de apagão; no entanto, não conduz de forma efetiva o processo da UHE Estreito (principalmente pela relação político-partidária enquadrada pelo jornal).	É impactada, mas passível de ser recompensado caso o Consórcio e o Governo cumpram seu papel de forma efetiva.

CLEMENTE (2015).

## 6. CONSIDERAÇÕES

Gomes (2008) lembra que a visibilidade política contemporânea depende em alto grau da comunicação de massa; que a discutibilidade depende do sistema político e da esfera civil, mas o campo da comunicação tem o poder de sequestrar temas políticos para a esfera da visibilidade ou de iniciar discussões de temas políticos, podendo gerar: discussão de temas pelos políticos e pelos que têm lugar de fala na sociedade; visibilidade de discussões antes privadas e também o fornecimento de *inputs* para discussões com menos visibilidade na sociedade.

Observa-se, a partir das análises, que o “feixe de relações” a ser considerado nas formações discursivas sobre a instalação de uma usina como a UHE Estreito é muito complexo e envolve diversas dimensões. Estado, Mercado e Sociedade Civil ocupam posições, interesses e condições diferentes no debate público.

A discussão sobre a construção da matriz energética brasileira, a diversificação de suas fontes de energia poder ser atravessada pela forma como os processos podem ser conduzidos, os procedimentos que regulam o setor; os avanços na legislação e as ferramentas institucionalizadas que regem esses processos.

O cidadão, como o atingido por barragem, precisa participar efetivamente das negociações por meio de mecanismos de deliberação disponíveis, como audiências públicas, foros de negociação e comitês de cogestão, (ainda que estes sejam muitas vezes pouco efetivos no processo de tomadas de decisão e funcionem somente como legitimadores para emissão de licenciamentos ambientais).

Se essas ferramentas de participação previamente institucionalizadas nem sempre são eficazes, a representação que se faz desses sujeitos nas outras instâncias ganha ainda mais relevância, inclusive na busca por conquistas. Na cobertura de uma mídia diária, quase sempre monotemática, essa pluralidade de vozes e abordagens sobre uma mesma problemática é dificilmente observada. O papel da comunicação alternativa, como a do Movimento dos Atingidos por Barragens, pode ser também imprescindível na ordenação discursiva de sujeitos e temas na questão de barragens.

Acrescenta-se, ainda, que é importante pensar a comunicação também além do seu papel instrumental, mas talvez constitutivo nos processos de garantia de acesso à cidadania aos envolvidos na instalação de hidrelétricas.

## 7. REFERÊNCIAS

CLEMENTE, L. R. G. **Vozes em Movimento**: os sujeitos no debate sobre a Usina Hidrelétrica Estreito. Dissertação de Mestrado em Comunicação UNIP, São Paulo, 2016, 165p.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no *Collège de France*. Pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 19º ed., São Paulo. Ed. Loyola, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO: São Paulo. Diário. Ano 208 a 2012. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2014

GOMES, W. Da Discussão a Visibilidade. In GOMES, W. MAIA, Rousiley. C. M. **Comunicação e Democracia**: Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO - IVC. 2015. Disponível em: <<http://ivcbrasil.org.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

O ESTADO DO MARANHÃO: São Luís. Diário. Ano 2008 a 2013. Disponível em: <<http://imirante.com/oestadoma/>>. Acesso em: 12 mar. de 2014.

VAINER, C. B. **O conceito de Atingido**: Uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações/>>. Acesso em: 02 mai. 2014.